



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional



2010



Copyright © 2010 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das fotos: Secom/Divulgação, Petrobras/Divulgação, ENAP, Embrapa - Cláudio Bezerra, Arquivo MAPA, Arquivo MPA e MDA/Divulgação.

Tiragem: 4.000 exemplares
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

B823m Brasil. Presidente (2003 - : L. I. Lula da Silva)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2010 : 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2010.

422p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2010. 2. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil. 5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico - Brasil. I. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. II. Título

CDD - 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social
José Barroso Pimentel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Calixto da Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Ministro de Estado do Meio Ambiente
Carlos Minc

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro de Estado do Turismo
Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Quadros Vieira Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades
Marcio Fortes de Almeida

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Altemir Gregolin

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Franklin Martins

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Edson Santos de Souza

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Nilcéa Freire

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretário Especial de Portos da Presidência da República
Pedro Brito Nascimento

Sumário

Apresentação, 9

I – CONFIANÇA NO DESENVOLVIMENTO

II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política de Desenvolvimento Produtivo, 27
 - a) Desonerações Tributárias, Ampliação de Recursos para Financiamentos e Regulamentação de Processos para as Cadeias Produtivas, 28
 - b) Inovação Tecnológica, 31
 - c) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, 32
 - d) Propriedade Industrial, 34
 - e) Comércio Exterior, 35
 - f) Micro, Pequenas e Médias Empresas, Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Artesanato Brasileiro, 39
 - g) Comércio e Serviços, 42
 - h) Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, 43
 - i) Polo Industrial de Manaus e Centro de Biotecnologia da Amazônia, 43
2. Agronegócio, 44
 - a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização, 45
 - a.1) Crédito Rural, 45
 - a.2) Apoio à Comercialização, 46
 - a.3) Apoio à Cafeicultura, 47
 - b) Gerenciamento de Riscos Climáticos, 48
 - b.1) Zoneamento Agroclimático, 48
 - b.2) Seguro Rural, 48
 - c) Defesa Agropecuária, 50
 - c.1) Ações de Saúde Animal, 50
 - c.2) Ações de Sanidade Vegetal, 51
 - c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários, 52
 - c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional, 52
 - c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, 53
 - d) Fomento e Organização da Produção, 53
 - e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio, 54
 - e.1) Negociações Internacionais Multilaterais, 54
 - e.2) Promoção Comercial do Agronegócio, 54
 - e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio, 55
 - f) Pesquisa Agropecuária, 58
 - g) Agroenergia, 59
 - g.1) Complexo Sucroalcooleiro, 59
 - g.2) Biodiesel, 60
3. Turismo, 60
 - a) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos, 61
 - b) Infraestrutura Turística, 61
 - c) Regionalização e Ordenamento Turístico, 62
 - d) Prodetur, 62
 - e) Programa Turismo Sustentável e Infância, 62
 - f) Viaja Mais Melhor Idade, 63
 - g) Promoção Internacional, 63
4. Trabalho e Emprego, 63
 - a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 63
 - b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda, 64
 - c) Valorização do Salário Mínimo, 66
 - d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores, 67
 - e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho, 69
 - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social, 70
 - g) Estímulo à Economia Solidária, 73
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 74
 - a) Sistema Financeiro Nacional, 74
 - b) Acesso aos Serviços Bancários, 75
 - c) Microcrédito e Microfinanças, 76
 - d) Crédito Oficial, 77
6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca, 78
 - a) Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, 78
 - b) Incentivo ao Consumo de Pescados, 79
 - c) Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira, 80
 - d) Política Internacional da Pesca, 80
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 80
 - a) Agricultura Familiar, 80
 - a.1) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, 81
 - a.2) Crédito Rural – Aplicações Obrigatórias, 81
 - a.3) Ampliação do Crédito, 82
 - a.4) Seguro da Agricultura Familiar, 83
 - a.5) Garantia-Safra, 85
 - a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural, 85
 - a.7) Apoio à Comercialização, 86
 - a.8) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar, 87
 - a.9) Biodiesel e Agricultura Familiar, 87
 - a.10) Políticas para Mulheres, 88
 - a.11) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas, 89
 - a.12) Articulação Internacional, 89
 - a.13) Arca das Letras, 89
 - b) Reforma Agrária, 90
 - b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária, 90
 - b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos, 90
 - b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário, 91
 - b.4) Projeto Dom Hélder Câmara, 92
 - c) Regularização Fundiária, 92
 - c.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal, 92
 - c.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas, 95
8. Desenvolvimento Regional, 95
 - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 95
 - b) Infraestrutura Hídrica, 98
 - c) Defesa Civil, 100
 - d) Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 101

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 102
 - a) Mudanças Climáticas, 102
 - a.1) Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, 103
 - b) Unidades de Conservação, 103
 - c) Combate ao Desmatamento Ilegal, 104
 - d) Protocolo Verde, 105
 - e) Política Nacional dos Serviços Ambientais, 106
 - f) Fiscalização, 106
 - g) Resíduos Sólidos Urbanos, 107
 - h) Recursos Hídricos, 108
 - h.1) Atlas de Abastecimento Urbano de Águas, 108
 - h.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos, 109
 - h.3) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, 109
 - h.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 110
 - h.5) Cobrança pelo Uso da Água, 110
 - i) Licenciamento Ambiental, 111
 - j) Zoneamento Ecológico Econômico, 112
 - k) Povos e Comunidades Tradicionais, 113
 - l) Concessão Florestal, 114
 - m) Esfera Internacional, 115
10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 115
 - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 117
 - a.1) Recursos Humanos, 117
 - a.2) Infraestrutura, 118
 - a.3) Unidades de Pesquisa, 119
 - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 119
 - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 121
 - c.1) Energia, 121
 - c.2) Programa Nuclear, 122
 - c.3) Programa Espacial, 123
 - c.4) Nanotecnologia, 123
 - c.5) Biotecnologia, 124
 - c.6) Biodiversidade, 124
 - c.7) Mar e Antártica, 125
 - c.8) Tecnologias da Informação e Comunicação, 125
 - c.9) Defesa Nacional, 126
 - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 126

III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Agenda Social, 131
 - 1.1 Redução das Desigualdades, 131
 - a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família, 135
 - a.1) Cadastro Único para Programas Sociais, 137
 - b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres, 138
 - b.1) Novas Formas de Atuação, 139
 - b.2) Intensificação das Ações em Execução, 139
 - c) Ampliação dos Serviços Socioambientais, 141
 - d) Segurança Alimentar e Nutricional, 145
 - d.1) Programa de Aquisição de Alimentos, 146
 - d.2) Rede de Equipamentos, 147
 - d.3) Cestas de Alimentos, 148
 - d.4) Educação Alimentar e Nutricional, 148
 - e) Programa Territórios da Cidadania, 148
 - 1.2 Juventude, 150
 - 1.3 Direitos de Cidadania, 150
 - a) Povos e Comunidades Tradicionais, 150
 - b) Mulheres, 150
 - c) Quilombolas, 153
 - d) Povos Indígenas, 153
 - e) Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica, 153
 - e.1) Crianças e Adolescentes, 153
 - e.2) Inclusão de Pessoas com Deficiência, 155
 - e.3) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, 156
 - 1.4 Cultura, 156
 - 1.5 Educação, 157
 - 1.6 Saúde, 158
 - 1.7 Segurança Pública, 158
2. Juventude, 160
 - a) Política Nacional de Juventude, 160
 - b) Projovem Integrado, 160
 - c) Conselho Nacional de Juventude, 161
 - d) Intercâmbio Internacional da Juventude, 161
3. Educação, 161
 - a) Educação Básica, 162
 - b) Educação Superior, 166
 - c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 168
 - d) Educação Profissional e Tecnológica, 169
 - e) Educação e Diversidade, 170
 - f) Cooperação Internacional, 171
 - g) Financiamento da Educação, 171
 - h) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 172
 - i) Indicadores e Avaliações, 173
 - j) Ações Integradas, 175
4. Saúde, 176
 - a) Atenção Básica, 176
 - a.1) Saúde da Família, 176
 - a.2) Saúde Bucal, 177
 - a.3) Alimentação e Nutrição, 177
 - a.4) Hipertensão e Diabetes, 178
 - a.5) Saúde no Sistema Penitenciário, 179
 - a.6) Saúde Mental, 179
 - a.7) Saúde da Mulher, 180
 - a.8) Saúde da Criança, 180
 - a.9) Saúde da Pessoa com Deficiência, 181
 - a.10) Saúde do Idoso, 182
 - a.11) Saúde do Homem, 182

- b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 182
 - b.1) Saúde Auditiva, 183
 - b.2) Política Nacional de Atenção Oncológica, 183
 - b.3) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, 183
 - b.4) Hospitais de Ensino, 184
 - b.5) Hospitais Filantrópicos, 184
 - b.6) Terapia Intensiva, 184
 - b.7) Atenção às Urgências e às Emergências, 184
 - b.8) Transplantes, 184
 - b.9) Assistência Cardiovascular, 185
 - b.10) Sangue e Hemoderivados, 185
- c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, 186
- d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, 187
- e) Assistência Farmacêutica, 187
- f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 188
- g) Vigilância Sanitária, 191
- h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde, 192
- i) Investimento em Saúde, 193
- j) Gestão Descentralizada e por Resultados, 193
- k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria, 194
- l) Saúde Suplementar, 195
- 5. Políticas Afirmativas, 196
 - a) Igualdade Racial, 196
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 197
 - b) Igualdade de Gênero, 198
 - b.1) Educação e Cultura, 198
 - b.2) Trabalho, 199
 - b.3) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 200
 - b.4) Estudos e Pesquisas, 200
 - b.5) Articulação Internacional, 201
 - c) Povos Indígenas, 202
- 6. Direitos Humanos, 203
 - a) Eixos Estruturantes na Área de Direitos Humanos, 203
 - b) Grupos e Temas Especiais, 204
 - c) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos, 205
 - d) Atuação Internacional, 206
 - e) Pauta Legislativa, 206
- 7. Previdência Social, 207
 - a) Regime Geral de Previdência Social, 207
 - a.1) Inclusão Social, 208
 - a.2) Ampliação da Proteção Social, 208
 - a.3) Saúde do Trabalhador, 208
 - a.4) Atendimento ao Cidadão, 209
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social, 210
 - c) Relações Internacionais da Previdência Social, 210
 - d) Previdência Complementar, 211
- 8. Cultura, 211
- 9. Esporte, 216
- 10. Luz para Todos, 218
 - a) Ações Integradas no Âmbito do Luz para Todos, 218
 - b) Territórios da Cidadania, 219
- 11. Inclusão Digital, 219
- 12. Justiça e Segurança Pública, 221
 - a) Sistema Único de Segurança Pública, 221
 - a.1) Força Nacional de Segurança Pública, 222
 - a.2) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, 222
 - a.3) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública, 223
 - b) Sistema Penitenciário Federal, 223
 - c) Combate à Criminalidade, 225
 - d) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional, 227
 - e) Combate à Pirataria, 227
 - f) Garantia dos Direitos dos Jovens na Mídia, 227
 - g) Direitos e Garantias dos Estrangeiros, 228
 - h) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 228
 - i) Anistia Política, 229
 - j) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 229
 - k) Direitos Difusos, 231
- 13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 231

IV – INFRAESTRUTURA

- 1. Energia, 235
 - a) Energia Elétrica, 235
 - a.1) Geração e Transmissão, 235
 - a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 237
 - a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 238
 - a.4) Planejamento do Setor Elétrico, 240
 - a.5) Eficiência Energética, 242
 - a.6) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 242
 - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 243
 - b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás, 245
 - b.2) Rodadas de Licitações de Blocos, 245
 - b.3) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural, 245
 - b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), 246
 - b.4) Refino e Petroquímica, 246
 - b.5) Transporte Marítimo de Combustíveis, 247
 - b.6) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, 248
 - b.7) Biocombustíveis, 248
 - b.7.1) Biodiesel, 249
 - b.7.2) Etanol, 250
 - c) Geologia e Recursos Minerais, 251
- 2. Transportes, 252
 - a) Transporte Rodoviário, 253
 - a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação; Restauração; Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV); e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema), 253
 - a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal), 254
 - a.3) Controle de Velocidade, 254

- a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Pesagem, 254
 - a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação, 255
- b) Concessões Rodoviárias, 257
- c) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, 257
- d) Transporte Ferroviário, 258
- e) Transporte Hidroviário, 259
- f) Fomento à Indústria Naval, 259
- g) Planejamento e Gestão, 260
- h) Infraestrutura Portuária, 260
- 3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária, 261
- 4. Comunicações, 265
 - a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações, 265
 - b) Avanços na Regulação, 266
 - c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital, 267
 - d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações, 268
 - e) Serviços Postais, 269
 - e.1) Universalização dos Serviços Postais, 269
 - e.2) Exportações por Remessas Postais, 269
 - e.3) Atuação no Âmbito Internacional, 270
 - e.4) Inovações dos Serviços, 270
 - f) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias, 271
 - f.1) Radiodifusão Comunitária, 271
 - f.2) Demais Serviços de Radiodifusão, 271
 - f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora, 271
- 5. Saneamento, 271
- 6. Habitação, 277
 - 6.1. PAC-Habitação, 279
 - 6.1.1. Financiamento ao Setor Público, 280
 - 6.1.2. Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas, 280
 - 6.2. Programa Minha Casa, Minha Vida, 281
 - 6.3. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, 282
 - 6.4. Qualidade e Produtividade, 283
 - 6.5. Perspectivas para 2010, 284
- 7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana, 284
- 8. Mobilidade Urbana, 287
 - 8.1. Transporte Metroferroviário, 287
- 9. Trânsito, 290

V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

- 1. Política Externa, 295
 - 1.1. Cooperação Técnica, 300
 - 1.2. Finanças Internacionais, 302
 - 1.3. Cúpulas Internacionais, 303
 - 1.4. Comunidades Brasileiras no Exterior, 304
- 2. Soberania, 305

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

- 1. Articulação com a Sociedade Civil, 323
- 2. Cooperação Internacional, 324
- 3. Informação ao Cidadão, 325
- 4. Interlocução Social, 327
 - a) Conferências Nacionais, 327
 - b) Conselhos Nacionais, 329
 - c) Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, 330
 - d) Ouvidorias, 330
 - e) Mesas de Diálogo, 330
 - f) Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Brasil, 331
 - g) Fórum Social Mundial, 331
- 5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 331
- 6. Relações Institucionais, 332
 - a) Articulação com o Poder Legislativo, 332
 - b) Articulação Federativa, 333

VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 339
 - a) Arrecadação Tributária, 341
 - b) Fortalecimento do Investimento Público, 341
 - c) Dívida Ativa da União, 342
- 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 344
- 3. Transparência na Administração e Controle Social, 345
- 4. Produção e Disseminação de Informações, 347
- 5. Valorização dos Servidores, 348
- 6. Gestão, 349
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 349
 - b) Gestão do Patrimônio da União, 352
 - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação, 354
- 7. Combate à Corrupção, 355
 - a) Controle Interno – Auditorias, 356
 - b) Medidas Corretivas, 359
 - c) Ações de Capacitação e Prevenção, 361
 - d) Ações de Ouvidoria, 362
 - e) Combate à Lavagem de Dinheiro, 362
 - f) Combate aos Crimes contra a Previdência Social, 365
- 8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União, 365
 - a) Atividade Contenciosa, 366
 - b) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional, 368
 - c) Democratização do Acesso à Justiça, 368

ANEXO

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Pela oitava e última vez nestes dois mandatos consecutivos, tenho a honra de encaminhar ao Congresso Nacional a Mensagem na qual prestamos contas de nossas ações no ano anterior e expomos nossos planos para o exercício que está começando. Com isso, buscamos mostrar os resultados obtidos no cumprimento da meta constante da Mensagem encaminhada a essa Casa em 2003: avançar rumo a uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais democrática.

O ano passado mostrou que fomos um dos países menos afetados pela crise financeira que eclodiu nas economias centrais, com reflexos em todo o mundo. Enquanto o desemprego e a estagnação econômica assolavam as nações do Norte, seguimos gerando emprego, fortalecendo nossa infraestrutura e nosso parque produtivo e – o que é mais importante – gerando renda e reduzindo o abismo social que separa os diversos segmentos de nossa população.

O conjunto da sociedade brasileira mobilizou-se para enfrentar a crise. Trabalhadores acreditaram na capacidade nacional de superar os obstáculos mais severos e continuaram a movimentar nosso comércio. Empresários voltaram rapidamente a investir, passado o susto inicial dos mercados. E o Governo agiu rápida e firmemente para remover os entraves à liquidez, à expansão do crédito, ao consumo e ao investimento.

Hoje, nossas condições macroeconômicas são saudáveis e apontam para a retomada dos níveis de crescimento. As contas públicas estão equilibradas. A inflação está sob controle. As reservas internacionais se mantiveram em níveis elevados: ao final de 2009, atingiram US\$ 239,0 bilhões, contra US\$ 203,2 bilhões em dezembro de 2008.

Ao longo desta Mensagem, será possível relembrar os detalhes de tudo o que foi feito para debelar os efeitos da crise financeira. É importante, contudo, destacar desde já o importante papel desempenhado pelo Congresso nesse grande esforço nacional.

As medidas econômicas foram amplamente debatidas nessa Casa, que também deu sua contribuição: sugeriu novas iniciativas, assim como aprimorou e melhorou os projetos encaminhados pelo Governo. E o apoio das Senhoras e Senhores Parlamentares foi fundamental no sentido de possibilitar ao País responder de forma rápida e eficiente à conjuntura econômica adversa.

De um modo responsável, o Brasil continuou a criar a infraestrutura necessária para que o ciclo de desenvolvimento econômico-social vivido nos últimos anos seja sustentado. Nesse sentido, foram ampliados os investimentos nas grandes obras estruturantes do Programa de Aceleração do Crescimento, que, mesmo com a crise, aumentou em 58% o valor dos pagamentos em relação ao ano anterior.

Entre algumas das principais ações, destacam-se ferrovias como a Transnordestina, usinas hidrelétricas como as do Rio Madeira e a obra de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, todas essas com andamento em ritmo adequado. Estamos nos empenhando para que o PAC mude também o cenário das cidades brasileiras – especialmente nas periferias e comunidades carentes. Nesse sentido, os principais investimentos estão sendo direcionados para o saneamento básico e a urbanização de bairros onde a qualidade de vida era precária.

Para combater o déficit habitacional, lançamos em março último o Programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva dar condições dignas de habitação a 1 milhão de famílias. Com base na parceria entre as esferas federal, estadual e municipal, o programa já contratou a construção de 248 mil habitações em nove meses.

Ao PAC e ao Minha Casa, Minha Vida devemos somar uma outra grande frente do nosso desenvolvimento: o petróleo do Pré-Sal. Em 1º de maio passado, fizemos a primeira extração de óleo das imensas reservas submarinas que garantem ao Brasil a ampliação da soberania energética e, sobretudo, dão impulso aos mais variados setores industriais.

Todas essas transformações ganham ainda mais sentido por estarem vinculadas à melhoria da vida dos brasileiros – em especial daqueles que viviam em piores condições.

Apesar da crise, ampliamos o Bolsa Família e aumentamos o valor de seus benefícios. Mantivemos a trajetória de reajuste real do salário mínimo, favorecendo sobretudo os trabalhadores mais humildes e os aposentados. E seguimos fortalecendo a rede de proteção social.

Ao lado da manutenção da estabilidade macroeconômica e da geração de empregos – foram 995.110 novos postos de trabalho gerados em 2009 e 11,8 milhões a partir de 2003 –, essas iniciativas possibilitaram que 20 milhões de brasileiros saíssem da pobreza entre 2002 e 2008.

Essas mudanças já refletem, por si mesmas, um aprofundamento da democracia brasileira. Os benefícios do desenvolvimento estão sendo distribuídos por todos os setores da sociedade. E as oportunidades para a construção de um presente e de um futuro melhores estão sendo compartilhadas.

É o caso, por exemplo, do acesso ao ensino superior. Em 2009, atingimos a marca agregada de 596 mil bolsas do Prouni, que possibilitaram a alunos carentes frequentar o ensino universitário. Aumentamos significativamente a oferta de vagas anuais em universidades federais – eram 113 mil, em 2003, e chegaram, em 2009, a 192 mil. Além disso, a Universidade Aberta do Brasil, que oferece ensino superior a distância, disponibilizou mais 196 mil vagas, entre 2006 a 2009. E, no que se refere a escolas técnicas federais, concluímos 100 novas unidades em 2009.

Da mesma forma, o ano passado foi marcado pelo esforço para a ampliação do acesso cidadão a uma instituição fundamental para a vida democrática: a Justiça. Refletindo mais uma vez a relação harmoniosa entre Legislativo, Judiciário e Executivo, assinamos o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.

No plano da política externa, continuamos investindo na integração do Mercosul e da América Sul como um todo, além de ampliarmos o decisivo e fundamental apoio ao Haiti. Mantivemos o trabalho realizado a partir de 2004, com a liderança da Missão das Nações Unidas para a estabilização daquele país, e agora prestamos o auxílio emergencial para a sua reconstrução, em decorrência do terremoto ali ocorrido, em janeiro de 2010.

Durante a crise internacional, defendemos a eliminação de barreiras comerciais e combatemos o protecionismo que poderia levar a uma queda ainda maior das trocas internacionais. O Brasil participou ativamente dos principais foros de discussão sobre a situação econômica global, das reuniões da Organização das Nações Unidas ao G-20. E em todos defendeu um modelo não recessivo de combate à crise, com base sobretudo na adoção de políticas anticíclicas, com o objetivo de reativar a economia e garantir o emprego.

Conquistamos o direito de ser a primeira nação sul-americana a sediar os Jogos Olímpicos, além de já estarmos investindo para a realização da Copa de 2014. E a capacidade brasileira de unir o crescimento e o desenvolvimento à sustentabilidade ambiental – lembrando que em 2009 tivemos o menor índice de desmatamento na Amazônia dos últimos 20 anos – deu-nos um papel de destaque na Conferência de Mudanças Climáticas de Copenhague.

O nosso principal desafio para 2010 é seguir trabalhando em conjunto para manter e fortalecer as condições econômicas e sociais que nos permitiram enfrentar as turbulências recentes no âmbito internacional. E que são fundamentais para que o ciclo de desenvolvimento dos últimos anos seja duradouro e sustentável.

Ao completar sete anos de governo e de uma relação com o Congresso Nacional pautada pelo respeito e a independência entre os Poderes, eu não poderia encerrar a apresentação desta Mensagem sem registrar o meu mais sincero reconhecimento ao papel dessa Casa na construção de um Brasil justo, cada vez mais capaz de promover o desenvolvimento sustentável, com geração de renda e redução das desigualdades.

Brasília, 2 de fevereiro de 2010.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

2 0 1 0

1 2